



## CPI do Ecad aprova relatório que propõe 15 indiciamentos

Texto aponta indícios de apropriação indébita, fraude e enriquecimento ilícito na arrecadação e distribuição de direitos autorais e sugere ampla reforma no sistema

Artistas acompanharam ontem a reunião da CPI do Ecad e comemoraram a aprovação do relatório final. As conclusões sobre irregularidades na arrecadação e distribuição de direitos autorais serão encaminhadas ao Ministério Público, que vai analisar a abertura

de processos contra 15 acusados. O texto propõe a criação do Novo Sistema de Gestão Coletiva de Direitos Autorais e a transferência das questões relativas ao tema do Ministério da Cultura para o da Justiça. Sugere ainda a criação de conselho e secretaria nacional para o setor. **3**



Arquivo da Rádio Senado: CPI quer que emissoras de rádio e TV disponibilizem, na internet, relação de músicas executadas

### Polêmica sobre auxílio a trabalhador doente

Novas regras para a concessão do auxílio-doença, debatidas na Comissão de Direitos Humanos, são criticadas por representantes dos trabalhadores. **8**



Presidente da CRE, Fernando Collor (E), e ministro da Defesa, Celso Amorim, em debate sobre as Forças Armadas

### Gasto em defesa deve ser de Brics, diz Amorim

Para ter estrutura de defesa digna do seu atual peso no cenário internacional, o Brasil deve investir tanto quanto a média dos demais países emergentes, disse na CRE o ministro da Defesa. **5**



Eleonora Menicucci (E) fala em CPI mista sobre violência contra as mulheres

### Para ministra, estados precisam investir na proteção da mulher

Em audiência da CPI mista que investiga a violência contra as mulheres, a ministra-chefe da

Secretaria de Políticas para as Mulheres afirmou que estados não podem depender só de verba federal. **6**

Conselho decide no dia 8 se abre processo contra Demóstenes **3**

Decisões em favor do trabalhador não são cumpridas **8**

### Sem consenso o plantio de cana na Amazônia e no Pantanal 7

### Rolleberg defende vetos ao novo Código Florestal 7

### Rio+20 buscará bem-estar como meta de políticas públicas 4



### Paim, Simon e Suplicy avaliam que STF acertou em decisão sobre cotas

Supremo considerou cotas raciais nas universidades públicas constitu-

nais. Cineasta americano Spike Lee acompanhou votação e visitou Senado. **6**



Imagens dos principais espaços da Casa foram digitalizadas para que internauta faça giro de 360 graus em cada ambiente; Visita Virtual também mostra Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes

# Programa permite visitas virtuais pelo Senado

O SENADO LANÇA hoje a Visita Virtual ([www.senado.gov.br/visitavirtual](http://www.senado.gov.br/visitavirtual)), um programa na internet que permite ao usuário explorar virtualmente os principais espaços internos e externos da Casa.

Ferramentas de interação dão ao internauta a possibilidade de fazer um giro de 360 graus em cada ambiente.

A Visita Virtual traz imagens dos salões Negro e Azul e do chamado Túnel do Tempo, que liga o edifício principal ao Anexo 2. O passeio virtual inclui o Plenário, espaço principal

de debates e votações. Textos explicam cada ambiente.

Fotos mostram em detalhe algumas obras de arte expostas no Salão Nobre, sede atual do Museu do Senado.

No percurso, o internauta pode ver os painéis do Túnel do Tempo e ler seu conteúdo. Essa função era uma demanda dos visitantes, pois durante as visitas guiadas pelo Senado — organizadas pela Secretaria de Relações Públicas — não há tempo de parar para ler as informações dos painéis.

O programa permite explorar

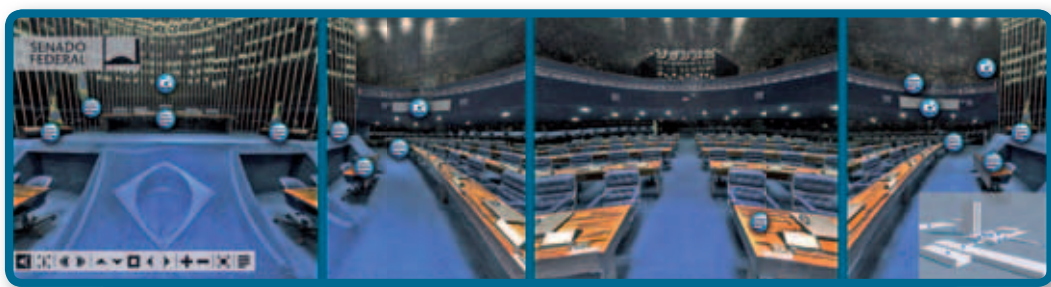
a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios.

— Esperamos que a Visita Virtual seja usada inclusive por professores em sala de aula, como ferramenta de ensino sobre os Poderes da República, o Parlamento e a história de Brasília e do país — afirma Andréa Valente, diretora da Secretaria de Relações Públicas.

O lançamento será às 10h30, no Plenário 3 da Ala Alexandre Costa. Depois, haverá uma palestra com a professora Iara Brasileiro, da UnB, sobre patrimônio e turismo cultural.

## Um giro pelo Legislativo

Plenário (fotos), Salões Negro e Azul, Túnel do Tempo e Praça dos Três Poderes estão incluídos no programa



## Benedito: Nordeste precisa de recursos para infraestrutura

Benedito de Lira (PP-AL) defendeu o reforço nos investimentos federais na área de infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas do país.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Benedito disse crer nas políticas públicas para reduzir os desequilíbrios regionais.

— Que a presidenta Dilma continue fazendo pesados investimentos nessas regiões mais pobres, para que possamos não acabar com as divergências, porque demandará muitos anos, mas pelo menos diminuir as distâncias.

O senador citou números que apontam os bons resultados obtidos no Nordeste na redução da pobreza e no aumento da renda, mas afirmou que a região é a que tem os piores números proporcionais nos investimentos autorizados no Orçamento da União. Segundo ele, a média do Nordeste é de R\$ 247 por habitante, ante os R\$ 328 da média nacional.



Acir Gurgacz: cacau, cana e graviola

## Gurgacz afirma que Amazônia deve diversificar plantações

Para Acir Gurgacz (PDT-RO), a produção agrícola na Amazônia deveria se diversificar.

Ele mencionou audiência que debateu o projeto de lei que prevê o plantio de cana-de-açúcar nas áreas degradadas de Cerrado e Campos Gerais da Amazônia Legal (PLS 626/11). Gurgacz é um defensor da ideia.

Para o senador, a agricultura na Amazônia tem tudo para ser “uma grande potência”, desde que com um zoneamento agroecológico que leve em conta suas diferenças internas. Rondônia, segundo Gurgacz, poderia diversificar sua agricultura resgatando culturas típicas como cacau, cupuaçu, açaí e graviola.

— Essa diversificação, juntamente com o aperfeiçoamento dos sistemas agroflorestais e a agricultura de baixo carbono, são os caminhos para o desenvolvimento sustentável de Rondônia e da Amazônia — afirmou.

## Jucá: governo federal aumentará verba da saúde para Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) relatou reunião ocorrida em seu gabinete na qual, segundo ele, foi decidida a destinação de recursos financeiros para o setor de saúde em Roraima.

Além dele, participaram da reunião o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o governador do estado, José de Anchieta, e o secretário estadual da Saúde, Leocádio Vasconcelos.

O senador afirmou que o ministro garantiu recursos para construir a primeira unidade de radioterapia do estado. Também foi decidido duplicar o número de leitos da UTI do Hospital Geral de Roraima.

De acordo com Romero Jucá, a reunião definiu ainda a destinação de recursos para a aquisição de equipamentos para três hospitais e tratou da construção de centros de tratamento e combate aos cânceres de útero e de mama, além da alocação de verbas para o setor no Orçamento da União de 2013, do qual Jucá é relator.



Romero Jucá: radioterapia em Roraima

## Para Cícero Lucena, treinamento em turismo deve ser constante

Cícero Lucena (PSDB-PB) falou sobre a inauguração de um complexo de capacitação em turismo em João Pessoa.

No local, serão treinados e qualificados camareiros, cozinheiros, garçons, guias, recepcionistas e outros profissionais para o setor.

A estrutura foi criada por meio de uma parceria entre o Sesc e o Senac.

— O aluno assiste às aulas na Escola Senac e depois realiza estágio no Centro de Turismo e Lazer do Sesc. A experiência o leva a conhecer a realidade do mercado de trabalho e a atuar nas melhores e mais modernas unidades turísticas do país — explicou.



Cícero Lucena: cursos na Paraíba

Para o parlamentar, a preocupação com o treinamento deve ser constante. Ele disse que propôs uma emenda no Orçamento da União destinando R\$ 2,5 milhões ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para que sejam abertos cursos de treinamento e qualificação no bairro de Mangabeira, em João Pessoa.

## Mozarildo celebra início da transmissão digital da TV Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou o início da transmissão em sinal digital da TV Roraima, em Boa Vista, marcada por cerimônia com a presença do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Conforme o senador, o sinal de satélite exclusivo fará com que a programação originada em Boa Vista chegue a todos os municípios roraimenses.

— Roraima, em meio a tantos momentos que vem atravessando, tem o alento de receber uma dádiva para a população que quer estar sintonizada com o que acontece em todo o Brasil — declarou.



Mozarildo Cavalcanti: início da transmissão digital da TV Roraima

## Petecão pede tarifa de energia elétrica mais barata no Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) defendeu a redução das tarifas de energia no Acre. Segundo o

senador, o valor cobrado no estado é o mais alto do país. Sérgio Petecão comemorou o acesso da população à eletricidade, por meio do Programa Luz para Todos, mas disse que a energia foi “dada com uma mão e tirada com a outra”.

— O programa que era Luz para Todos, hoje é “Luz para Poucos”, porque as pessoas não têm condições de pagar.

O parlamentar elogiou Jorge Viana (PT-AC) por ter se pronunciado dias atrás sobre o assunto.



Sérgio Petecão: tarifa de energia elétrica mais barata no Acre

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>

### PLENÁRIO: Sessão para pronunciamentos

9h Sem votação de projetos, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

### TURISMO CULTURAL: Visita virtual ao Senado

10h30 Cerimônia de lançamento da Visita Virtual do Senado Federal, em que poderão ser visualizados ambientes interno e externo em 360 graus, e palestra sobre o tema “Patrimônio e turismo cultural”.

### CRA: Mais produtividade na lavoura de cacau

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate o uso de novas tecnologias para aumentar a produtividade da lavoura do cacau. Entre os convidados, o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Erikson Chandoha.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Benedito: desigualdades regionais





Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares em reunião do Conselho de Ética

## Conselho decide dia 8 se abre processo contra Demóstenes

O Conselho de Ética do Senado marcou para 8 de maio a votação do relatório preliminar do senador Humberto Costa (PT-PE) sobre a representação do PSOL contra Demóstenes Torres (sem partido-GO), suspeito de envolvimento com o empresário Carlinhos Cachoeira, acusado de explorar jogos ilegais e fraudar licitações.

O documento, que pode recomendar ou não um processo administrativo disciplinar contra Demóstenes, deve ser lido e debatido em 3 de maio.

Segundo o presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), nessas duas datas Demóstenes ou um de seus advogados poderão comparecer às reuniões para apresentação de defesa oral. A defesa escrita foi entregue anteontem.

— As reuniões e atos deste conselho estão sendo comunicados previamente ao acusado. Ele poderia até ter vindo hoje. Vamos continuar garantindo o respeito ao contraditório e à ampla defesa.

O relator Humberto Costa informou que recebeu a defesa prévia e que começará a trabalhar no relatório mesmo sem ter ainda em mão as informações solicitadas ao Supremo Tribunal Federal.

— Não recebemos até agora

nenhum documento requisitado ao STF, mas já sabíamos que nesta etapa inicial eles não seriam mesmo usados. Portanto, não haverá prejuízo para a elaboração do relatório.

Segundo Humberto, todas as questões suscitadas na defesa escrita de Demóstenes serão respondidas no relatório preliminar, entre elas, a solicitação para que o Conselho de Ética aguarde manifestação do STF sobre a legalidade das escutas telefônicas de conversas entre o senador e Cachoeira.

Se o relatório preliminar for contra a abertura de processo disciplinar, ainda assim a reunião do dia 8 está mantida, de acordo com Humberto Costa.

— Poderá haver uma discordância dos integrantes do conselho em relação a um eventual pedido de arquivamento e isso tem que ser deliberado — esclareceu.

Alvaro Dias (PSDB-PR) mostrou-se preocupado com a “estratégia da acomodação” da defesa de Demóstenes. Segundo ele, o julgamento tem natureza política e precisa de rapidez.

— Há sempre o desejo de se esvaziar o assunto diante da opinião pública. O escândalo de hoje faz esquecer o de ontem e espera o de amanhã para ser esquecido. Essa é a estratégia da defesa.

## Mário Couto pede “faxina de verdade” contra corrupção

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que a corrupção atualmente é encarada como corriqueira no país. Para ele, está na hora de os brasileiros promoverem “uma faxina de verdade” contra a corrupção, os corruptos e os corruptores.

— A corrupção no Brasil, hoje, é aceita com a maior simplicidade.

Para Couto, isso atrapalha o desenvolvimento do país. Segundo ele, R\$ 80 bilhões são perdidos todos os anos devido à corrupção.

Ele lembrou ter denunciado por anos irregularidades no Departamento Nacional de



Mário Couto: “A corrupção hoje é aceita com a maior simplicidade”

Infraestrutura de Transportes. — As estradas da minha terra, as BRs da minha terra, todas estão esburacadas, e o Dnit embolsando o dinheiro.

O senador citou pesquisas que mostraram que 65% dos brasileiros desaprovam o sistema de impostos, 61% condenam a qualidade da segurança, 65% reclamam dos serviços de saúde e 48% se queixam da educação.

Relatório final da comissão apresentado ontem sugere uma mudança no sistema de arrecadação de direitos autorais e pede indiciamentos por crimes como apropriação indébita, fraude e enriquecimento ilícito

# CPI propõe mudanças no Ecad e 15 indiciamentos

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) que investigou irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) aprovou ontem relatório final propondo o indiciamento de 15 pessoas (veja quadro) e ampla reforma no sistema de cobrança e pagamento de direitos autorais. O documento aponta falta de transparência das finanças e da gestão dos recursos arrecadados e identifica práticas como cartel e monopólio na atuação do escritório.

O texto recomenda, entre outros pontos, que o Congresso aprove, com urgência, projeto de lei da CPI criando o Novo Sistema de Gestão Coletiva de Direitos Autorais. A proposta estabelece normas para o exercício das atividades do Ecad e das associações que cuidam de direitos autorais.

O projeto também prevê que as emissoras de rádio e TV disponibilizem trimestralmente, pela internet, planilhas com a relação de músicas executadas. A ideia é facilitar o controle dos direitos.

O relatório da CPI sugere a transferência, do Ministério da Cultura para o da Justiça, de todas as questões sobre direitos autorais. E recomenda ao Executivo criar o Conselho Nacional de Direitos Autorais e a Secretaria Nacional de



Artistas comemoram aprovação do relatório da CPI, ao lado de Randolfe (5º à esq.) e Lindbergh (3º à dir)

Direitos Autorais. Eles teriam competência para regular, mediar conflitos e fiscalizar a gestão coletiva de direitos. A CPI também sugere que o Executivo envie com urgência ao Congresso projeto para reformar a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

### Indiciamentos

A comissão propôs ainda o indiciamento de 15 pessoas, por apropriação indébita, fraude em auditorias, formação de cartel e enriquecimento ilícito. Os nomes serão encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF) e ao do Estado do Rio de Janeiro, onde fica a sede do Ecad.

Criada em junho, a CPI teve como presidente Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), e como relator, Lindbergh Farias (PT-RJ).

### Suspeitos

Relatório final da CPI do Ecad pede o indiciamento de 15 pessoas

- José Antônio Perdomo Corrêa (União Brasileira de Compositores – UBC)
- Roberto Correa de Mello (Associação Brasileira de Música e Artes – Abramus)
- José Alves da Silva (Associação de Músicos Arranjadores e Regentes – Amar)
- Glória Cristina Rocha Braga Botelho (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad)
- Marcus Vinicius Mororó de Andrade (Amar)
- Jorge de Souza Costa (Sociedade Brasileira de Administração e Proteção dos Direitos Intelectuais – Socimpro)
- Chrysóstomo Pinheiro de Faria (Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais – Sicam)
- Angela Virginia de Rezende Lopes (Associação Átida)
- Edmilson Fernandes Machado (Átida)
- Marthá Estefaneli (Átida)
- Cleide Santini (Átida)
- Kleber da Silva (Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música – Sbacem)
- Maria Cecília Garreta Prats Caniato (Abramus)
- Denis Lobo (Sbacem)
- Marcel Camargo de Godoy (Associação de Intérpretes e Músicos – Assim)

## Enquanto músicos festejam, Ecad contesta

Após a aprovação do relatório da CPI do Ecad, parlamentares e músicos promoveram um ato público na Câmara dos Deputados pela transparência na arrecadação e distribuição de direitos autorais.

A expectativa de Lindbergh Farias, relator, é de que o novo marco regulatório do setor seja

aprovado rapidamente pelo Congresso. Randolfe Rodrigues, que presidiu a comissão, disse que o fim dos trabalhos do colegiado não encerra a luta por uma distribuição mais correta dos direitos de autor.

Para o compositor Leoni, o relatório é um momento histórico para a classe artística.

— O Ecad hoje arrecada muito mais para as editoras e gravadoras multinacionais do que para o compositor brasileiro — disse o músico.

Já o advogado do Ecad Fernando Fragofo refutou as acusações e disse que também vai procurar o MPF para mostrar inconsistências do relatório.

## Requião alerta para atuação de ex-diretor-geral da ANTT

Roberto Requião (PMDB-PR) citou matéria do jornal *Valor Econômico*, informando que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que não homologue o leilão de concessão da BR-101, no trecho entre Espírito Santo e Bahia.

De acordo com o senador, a concessão “repete barbaridades” verificadas em outros contratos. Ele lembrou que o Senado rejeitou a recondução de Bernardo Figueiredo para a direção da ANTT. E disse que o ex-diretor continua mandando na instituição.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Crise institucional no Amapá não é nova, diz Capiberibe

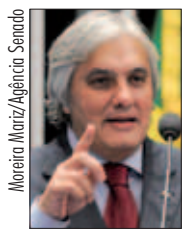
João Capiberibe (PSB-AP) disse não estar surpreso com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de afastar cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Amapá, acusados de desviar R\$ 100 milhões. Conforme o senador, a crise institucional no Amapá existe há 12 anos. Para comprovar a antiguidade do problema, Capiberibe leu editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* de dezembro de 2000, revelando o embate entre ele, então governador do Amapá, e os demais poderes do estado devido a suas ações para moralizar as contas públicas.



Waldemir Barreto/Agência Senado



## Delcídio destaca decisões da CAE e celebra juro menor



Moreira Matiz/Agência Senado

Os trabalhos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foram destacados em Plenário pelo seu presidente, senador Delcídio do Amaral (PT-MS). Ele registrou a aprovação do Projeto de Resolução do Senado 72/10, que, disse, deve dar ao país as condições necessárias para que empresas brasileiras possam competir com produtos importados.

Outro tema importante, destacou Delcídio, é o comércio eletrônico. Pelo menos três propostas de emenda à Constituição sobre o assunto devem ser analisadas nas próximas semanas, afirmou. As propostas tratam do rateio do ICMS entre estados de origem e de destino nas operações de comércio eletrônico.

O parlamentar também comemorou a redução da taxa de juros bancários. Ele avaliou a medida como “um grande avanço”, mas, disse, ainda é preciso baixar as taxas cobradas pelos cartões de créditos. Ele também cobrou do governo federal a definição de novas tarifas de energia elétrica.

## Taques pede união em favor dos jogos da Copa em Cuiabá



Moreira Matiz/Agência Senado

O senador Pedro Taques (PDT-MT) fez apelo aos políticos de Mato Grosso para que se unam e preparem da melhor forma a capital do estado, Cuiabá, para os jogos da Copa de 2014. Pedro Taques convidou o governador, Silval Barbosa, a mover esforços para não permitir a politização do megaevento no estado.

— Governador, é hora de um técnico liderando a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo. Mato Grosso precisa de um gestor de conduta ilibada, que tenha experiência em obras públicas e foco exclusivo nas obras — disse.

Segundo Taques, somente com a mobilização de todas as forças políticas mato-grossenses será possível viabilizar ao máximo as oportunidades de desenvolvimento da infraestrutura urbana de Cuiabá surgidas com a escolha da cidade para sede dos jogos.

Taques também disse apoiar a posição do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, favorável às cotas raciais e sociais em universidades públicas.

Em audiência realizada ontem pelas subcomissões que acompanham a Rio+20, debatedores defenderam criação de indicadores sociais que apontem também o nível de bem-estar da sociedade

# A felicidade como meta de políticas públicas

A IMPORTÂNCIA DA felicidade como objetivo de políticas públicas foi ressaltada ontem em audiência conjunta das subcomissões da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e da Comissão de Meio Ambiente (CMA) dedicadas ao acompanhamento da Conferência Rio+20. Os debatedores apoiaram o desenvolvimento de indicadores mais precisos para o bem-estar da sociedade, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A audiência foi presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF).

Khalid Malik, diretor do Escritório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU), afirmou que é preciso ter outro olhar para o tema por tratar-se de um conceito profundo que nos leva a fazer perguntas básicas sobre a condição das

peças. Segundo ele, o IDH revela grandes disparidades. Para Malik, a 84ª posição do Brasil no ranking internacional de IDH só será revertida com investimentos em educação e saúde. Ele espera que a Rio+20 destaque questionamentos sobre os parâmetros de desenvolvimento humano e o respeito aos valores dos povos.

Já Mauro Motoryn, presidente do Movimento Mais Feliz, ressaltou que o administrador público deve cuidar essencialmente da felicidade do cidadão. Ele lamentou que a falta de respeito ao cidadão se reflita na gestão pública. Segundo Motoryn, as grandes mudanças rumo à felicidade têm vindo principalmente do governo federal, mas as eleições municipais deste ano podem desencadear uma “revolução” pela base. Para

isso, no entanto, defendeu que o centro da mudança deva ser o cidadão conectado em torno de uma causa coletiva, lembrando que as novas tecnologias permitem “votar todo dia”.

Por sua vez, a coordenadora do Movimento Felicidade Interna Bruta no Brasil, Susan Andrews, afirmou que felicidade não é algo trivial, mas um campo de pesquisa científica. Ela discutiu os elementos constituintes do nível de felicidade e considerou o PIB uma medida “falha”, considerando que as nações buscam múltiplos indicadores que foquem os aspectos econômico, ecológico e de bem-estar humano.

Também participaram do encontro os professores da Fundação Getúlio Vargas Wesley Mendes da Silva e Fabio Gallo Garcia.



Mauro Motoryn, Khalid Malik, Cristovam Buarque, Fábio Garcia e Wesley Silva: em defesa de um “IDH da felicidade”

## Gim comemora investimentos do PAC no Distrito Federal



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gim Argello (PTB-DF) agradeceu ontem os investimentos anunciados pelo governo federal em projetos de mobilidade urbana, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em todas as etapas do PAC, disse, o Distrito Federal foi beneficiado, inclusive à época em que a presidente Dilma Rousseff estava à frente da Casa Civil.

— A presidente Dilma sempre olhou com muito carinho para Brasília. Nesses últimos anos, conseguimos para o Distrito Federal mais de R\$ 16 bilhões em investimentos do PAC — afirmou.

Segundo Gim Argello, nesta etapa serão liberados para a capital do país R\$ 2,4 bilhões, a serem utilizados na expansão do metrô, nos veículos leves sobre trilhos e sobre pneus e em outras soluções para o trânsito no Distrito Federal.

## Renan: Maceió vai se beneficiar com PAC da mobilidade



Moreira Matiz/Agência Senado

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ressaltou em Plenário o anúncio dos R\$ 32 bilhões a serem investidos no país por meio do PAC Mobilidade Grandes Cidades. Os recursos, do governo federal, dos estados e dos municípios, serão usados na construção de 600 quilômetros de vias, 200 quilômetros de trilhos e 381 estações e terminais, além da aquisição de 1.060 veículos para sistemas sobre trilhos.

Para o senador, o anúncio, feito pela presidente Dilma Rousseff na terça-feira, tem significado ainda maior porque Maceió foi selecionada para o programa. A capital alagoana deverá receber investimentos de R\$ 280 milhões para a implantação do primeiro trecho do corredor do veículo leve sobre trilhos que ligará o aeroporto à cidade.

— Pelo apoio a Alagoas, gostaria de fazer um agradecimento especial à presidente Dilma Rousseff e às ministras [da Casa Civil] Gleisi Hoffmann e [do Planejamento] Miriam Belchior.

Renan Calheiros afirmou que, além de melhorar a vida das pessoas com a redução do tempo de deslocamento, as obras gerarão empregos e renda para a população.

## Dívidas com a União deixam estados engessados, diz Lopes



Moreira Matiz/Agência Senado

Eduardo Lopes (PRB-RJ) pediu medidas urgentes para enfrentar o problema da dívida dos estados

com a União. Para o senador, os estados estão “engessados”, sem condições de fazer os investimentos que a população demanda, e a renegociação tem que ser priorizada na discussão do pacto federativo.

Segundo Lopes, as transformações no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988 fizeram surgir “novas e diferentes intervenções dos entes públicos”, o que deve levar a novas regras para a rolagem das dívidas. Para ele, a correção pelo IGP-DI dos valores tem efeitos negativos.

Entre as propostas defendidas por ele, está a que condiciona abatimentos nas dívidas à realização de investimentos no próprio estado.

## Casildo afirma que é preciso rever o pacto federativo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que é preciso repensar o pacto federativo. Citando dados

da arrecadação tributária no primeiro trimestre, o senador considerou elevada a participação da União no bolo tributário do país — cerca de 70%.

Segundo Casildo, da forma como se dá a repartição dos recursos tributários entre os entes federativos, a concentração nas mãos da União coloca os estados em posição de dependência para realizar obras essenciais.

Para o senador, uma repartição mais justa evitaria as frequentes romarias de governadores e prefeitos a Brasília em busca de recursos.

— Obras indispensáveis para o crescimento não só dependem de recursos federais como são executadas pela União.

## Aloysio critica alta arrecadação do governo com imposto



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou o volume de impostos arrecadado pelo governo federal.

Dados da Receita Federal apresentados pelo senador no Plenário mostram que os brasileiros pagaram R\$ 257 bilhões em tributos federais no primeiro trimestre do ano — um aumento de 7,3% em relação ao mesmo período de 2011.

— O governo evidentemente garganteia: este é o melhor resultado do primeiro trimestre da história do Brasil. Nunca antes no Brasil se arrecadou tanto imposto. O cidadão lamenta porque paga cada vez mais e recebe cada vez menos do governo federal como contrapartida dos tributos que paga — afirmou Aloysio.





Moka e Pimentel durante reunião da comissão que examinou a MP 562/12

## Aprovado relatório da primeira MP a cumprir novo rito de tramitação

A primeira comissão mista instalada depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ao Congresso cumprir o rito constitucional de tramitação de medidas provisórias finalizou seus trabalhos ontem com a aprovação de parecer favorável à MP 562/12, que destina recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para instituições comunitárias que atuam na educação rural, entre outros fins.

Antes de votar a proposta, a comissão mista realizou seis audiências para debater seu conteúdo. Agora o documento com a análise e as alterações sugeridas será consolidado. Após a coleta das assinaturas dos deputados e senadores que participaram da votação, o parecer será encaminhado à Câmara dos Deputados, o que deve acontecer em até dois dias.

— Temos certeza de que a matéria chegará ao Plenário das duas Casas muito mais trabalhada e bem mais fácil de ser compreendida — comentou o presidente da comissão, Waldemir

Moka (PMDB-MS), ao fim da reunião.

A MP também institucionaliza o Plano de Ações Articuladas (PAR), que desde 2007 funciona como um conjunto de metas para promover a melhoria da educação básica pública por meio de apoio técnico ou financeiro voluntário da União, que fica autorizada a transferir recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios sem a necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato.

### BNDES

Pouco antes da votação do relatório da MP 562/12, também se reuniu a comissão mista que avalia a MP 564/12, que injeta R\$ 45 bilhões da União no BNDES para ampliar sua oferta de crédito de longo prazo. A comissão, presidida por Wellington Dias (PT-PI), aprovou duas audiências no mês de maio para tratar da matéria.

Serão ouvidos pela comissão, entre outros, o presidente do BNDES e os ministros da Integração Regional e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

## Pauta do Plenário continua trancada por medidas provisórias

A ordem do dia da sessão plenária de ontem foi aberta e logo encerrada sem votações por causa do trancamento da pauta por duas medidas provisórias (MPs 552/11 e 553/11). Os pareceres relativos a ambas, que só receberam indicação de relator na quarta, ainda não estão prontos.

A MP 552/12, relatada por Gim Argello (PTB-DF), precisa ser votada até 9 de maio para não perder a vigência. O texto prorrogou até dezembro a isenção de tributos (PIS-Pasep e Cofins) na importação e na venda, no mercado interno, de trigo, farinha e pré-misturas de pão comum. A MP também isenta massas alimentícias até 30 de junho de 2012. Ao editá-la,

o governo quis diminuir a pressão desses produtos sobre os índices de inflação.

Além dos alimentos à base de trigo, a matéria aumenta de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil o limite de valor dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida com benefício de regime especial de tributação.

Como recebeu emendas na Câmara, a MP tramita no Senado como o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/12.

A segunda matéria a trancar a pauta, a MP 553/11, é relatada por Lobão Filho (PMDB-MA). A medida abriu crédito extraordinário de R\$ 533 milhões para os ministérios da Defesa, Integração Nacional e Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na CRE, ministro diz que, enquanto Rússia, Índia e China gastam em média 2,3% do seu PIB com defesa, o Brasil fica em 1,5% e que governo e sociedade têm que entender importância de investimentos no setor

# Amorim: “É preciso investir em defesa como um Brics”

PARA TORNAR A sua estrutura de defesa mais compatível com o novo peso do país no cenário internacional, o Brasil deverá elevar gradativamente os seus investimentos no setor a um nível equivalente à média dos demais integrantes da formação original do Brics — Rússia, Índia e China. A recomendação foi feita pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, durante audiência realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Embora reconhecendo o esforço do governo para aumentar os investimentos na modernização das Forças Armadas, o ministro citou dados de um instituto sueco de relações internacionais para comparar a situação brasileira à de outros países considerados emergentes. Enquanto no Brasil os gastos com defesa limitam-se a 1,5% do produto interno bruto (PIB), a média dos membros “tradicionais” (sem contar a África do Sul, incluída recentemente) alcança 2,3% do PIB.

— Se queremos falar como

um dos Brics, nosso orçamento de defesa vai ter que chegar à média deles. E esta não é só uma questão de governo, a sociedade tem que entender que esses investimentos são importantes — afirmou.

### Projeção

Com o objetivo de demonstrar a ampliação da projeção nacional do Brasil ao longo dos últimos anos, o ministro comparou encontros que teve há 18 anos (quando Amorim era ministro das Relações Exteriores) com o então secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Perry, e há poucos dias com o atual secretário, Leon Panetta.

— Quando fui anfitrião de Perry, dizia-se que o Brasil não tinha que desenvolver seu potencial de defesa, pois havia uma grande potência que cuidaria de tudo. Às nossas Forças Armadas restaria o papel de combater o narcotráfico e o crime organizado. Agora existe uma visão totalmente diferente. Panetta, o atual secretário, disse que, no mundo de hoje, é preciso que outros países

estejam capacitados a enfrentar desafios de defesa — relatou.

Durante a sua exposição, o ministro ressaltou a importância da cooperação em defesa com os demais países da América do Sul, que chamou de “zona de paz e segurança”. Ele citou o interesse da Argentina pelo veículo blindado Guarani, em desenvolvimento pela Iveco do Brasil, e a discussão sobre a aquisição, pelo governo brasileiro, de lanchas blindadas para fazer a patrulha dos rios da Amazônia.

### Guiné-Bissau

Amorim demonstrou ainda sua preocupação com a África Ocidental — em especial com o golpe de Estado ocorrido há poucas semanas na Guiné-Bissau, a 3.200 quilômetros do Brasil. Além da solidariedade ao país de língua portuguesa, existe no caso uma preocupação com a segurança brasileira, uma vez que, como observou, a instabilidade política na Guiné-Bissau pode levá-la a se tornar um “Estado falido sujeito a ameaças do narcotráfico”.



Celso Amorim e Fernando Collor durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

## Para senadores, Brasil deve mostrar soberania

Durante o debate na CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) observou que, além de investimentos reduzidos, as Forças Armadas têm que lidar com os baixos vencimentos de seus oficiais em relação a funcionários de nível semelhante no próprio Executivo e nos outros Poderes. Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu a realização de audiência pública para tratar desse assunto.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), assinalou que as necessidades de defesa do Brasil aumentam ao mesmo tempo em que cresce o peso internacional do país.

— Soberania é uma palavra-chave. E a soberania está

diretamente relacionada à capacidade operacional das Forças Armadas. Nossa diplomacia é competente, mas estamos em um estágio em que precisamos ter uma força de dissuasão que seja visível para o resto do mundo — salientou.

Respondendo a Luiz Henrique (PMDB-SC) sobre o satélite geoestacionário brasileiro — que será usado pelas Forças Armadas e para a ampliação da oferta de internet banda larga no país —, o ministro Celso Amorim disse que o lançamento está previsto para 2014.

A respeito da utilização de veículos aéreos não tripulados (vant) para a segurança nas fronteiras, ele disse para Sérgio

Souza (PMDB-PR) que os veículos são “uma prioridade do governo brasileiro”.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu o fortalecimento da atuação das Forças Armadas na Amazônia e Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou a “necessidade premente” de novas bases militares na região, onde o tráfico de drogas tem se convertido, de acordo com o senador, em uma “ameaça permanente a índios isolados”.

Os possíveis desdobramentos da crise entre Israel e o Irã, onde há ameaças de ação militar contra armas nucleares, foram mencionados por Eduardo Suplicy (PT-SP).





A senadora Ana Rita fala em audiência pública de CPI mista sobre violência contra as mulheres

## Ministra pede que estados invistam na proteção das mulheres

Em audiência no Senado, Eleonora Menicucci disse que programas que garantem cumprimento da Lei Maria da Penha não podem depender apenas de verbas federais

A MINISTRA-CHEFE DA Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, pediu ontem que os governadores destinem verbas para reduzir a violência contra as mulheres.

O pedido foi feito durante audiência pública da comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra a mulher e avalia o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, lançado pelo governo federal em 2007.

De acordo com a ministra, o pacto pretende, por meio da aplicação da Lei Maria da Penha, ampliar e fortalecer a rede de serviços para mulheres em situação de violência, garantir os direitos sexuais e reprodutivos, permitir o acesso da população feminina à Justiça e enfrentar a exploração sexual.

Ela acredita que a falta de recursos federais não é impedimento para implementar políticas públicas.

— O recurso é pouco, mas nós não podemos ficar esperando o ideal. Temos que desenvolver as políticas com aquilo que temos — afirmou.

Eleonora Menicucci argumentou que os estados não podem depender somente de repasses do governo federal. Segundo afirmou, já está em discussão a possibilidade de incluir no pacto mais recursos dos governos estaduais.

— É no município e depois no estado que a violência acontece — disse.

Indagada pela relatora da CPI, senadora Ana Rita (PT-ES), sobre o combate à violência contra mulheres deficientes, a ministra informou que a Presidência está investindo na Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) para contratar profissionais com formação específica para atender mulheres com deficiência auditiva e deficiências de fala.

Ela acrescentou que o serviço ainda é precário, mas está sendo aperfeiçoado, assim como a produção de estatísticas.

**Ministra diz que desafio do poder público é proteger mulheres na zona rural e na floresta**

A ministra destacou que o maior desafio da secretaria é alcançar as mulheres nas zonas rurais e na floresta. Também pediu atenção especial da sociedade e da CPI mista à violência patrimonial contra as mulheres idosas, diante de relatos de pessoas que interditam mães e

avós para se apossar de seus bens.

De acordo com Eleonora, outras metas da secretaria são aumentar o número de creches para que as mulheres tenham mais autonomia, capacitar a rede de assistência social para atendimentos especializados e ampliar e readequar as delegacias.

Também participaram da audiência de ontem gestoras estaduais do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e representantes da Associação de Homens contra a Violência contra a Mulher.

## Para Paim, julgamento de cotas nas universidades é “histórico”

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou em pronunciamento que anteontem foi um dia histórico, com o início do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da constitucionalidade do sistema de cotas utilizado para ingresso em universidades públicas.

Ontem, o STF decidiu que as cotas são constitucionais.

Paulo Paim afirmou que o sistema já possibilitou o ingresso, no terceiro grau, de 1,3 milhão de jovens brancos

e pobres, indígenas e negros.

De acordo com ele, das 98 universidades federais, 71,4% adotam o sistema — o que, para Paulo Paim, é um dado expressivo.

O senador parabenizou os alunos que ingressaram nas universidades pelo sistema de cotas. Na avaliação de Paim, eles estão fazendo sua parte, uma vez que, desde 2003, estão sendo aprovados em notas iguais ou superiores àqueles que entram pelo sistema universal.

## Diretor de documentário sobre o Brasil, Spike Lee visita o Senado

O Senado recebeu ontem a visita do cineasta americano Spike Lee.

Diretor de filmes como *Malcom X* e *Faça a Coisa Certa*, ele foi levado ao Plenário pelo senador Paulo Paim (PT-RS), um dos entrevistados por Lee para seu documentário sobre a ascensão política e o desenvolvimento econômico do Brasil. O filme deverá se chamar *Go, Brazil, Go*.

Paim foi escolhido pelo cineasta

para falar no documentário sobre a caminhada dos negros no Brasil.

No Plenário, o senador contou que Spike Lee acompanhou de perto o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a constitucionalidade da reserva de cotas para negros nas universidades.

Além de visitar o Congresso Nacional e o STF, Spike Lee foi recebido pela presidente Dilma Rousseff.

## Simon diz que ação do DEM contra cotas foi “infeliz”

Pedro Simon (PMDB-RS) comemorou em Plenário a manifestação favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) à constitucionalidade do sistema de cotas para ingresso de alunos negros em universidades públicas.

Na avaliação de Simon, a decisão do DEM de atacar a lei de cotas raciais e apresentar o recurso ao STF foi, no mínimo, “infeliz”.

— O nosso querido DEM está numa fase difícil. Que diabos! Onde o DEM foi buscar conteúdo ético, moral e jurídico para entrar no Supremo dizendo que a decisão do Congresso Nacional era inconstitucional?

Criticando a fragilidade do argumento da advogada do DEM, Roberta Kaufmann, que considerou difícil fazer a discriminação no Brasil entre negros e brancos, Simon ironizou dizendo que no caso dela, loira de olhos azuis, não haveria nenhum risco de confusão.

## Suplicy elogia ministro do STF por voto favorável

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo voto favorável à constitucionalidade das cotas étnico-raciais para o ingresso na UnB.

Lewandowski, o relator da matéria, afirmou que as políticas de ação afirmativa procuram superar distorções sociais historicamente consolidadas. Ele lembrou que apenas 2% dos negros conquistam o diploma universitário no Brasil e que, para efetivar o princípio constitucional da igualdade, o Estado pode lançar mão de políticas afirmativas para corrigir distorções históricas.

Suplicy pediu a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto que estabelece regras para ingresso nas universidades públicas, reservando 50% das vagas a alunos de escolas públicas, divididas entre pessoas de baixa renda, bem como para negros e índios (PLC 180/08).



Waldemir Boreatto/Agência Senado



Waldemir Boreatto/Agência Senado

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333





Rollemberg (E), ao lado de Sarney Filho, na Câmara: "Imenso retrocesso"

## Rollemberg condena Código Florestal aprovado pela Câmara e defende vetos

Um dia após a aprovação do novo Código Florestal na Câmara, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) declarou que a redação dada pelos deputados ao projeto "é um imenso retrocesso" em relação ao texto elaborado e aprovado pelo Senado. Ele disse esperar que a presidente Dilma Rousseff veto parte do texto.

— A Câmara deu um curso lamentável ao projeto e deixa a presidente em uma situação delicada, sob muita pressão — afirmou, durante audiência na Câmara sobre os impactos da aplicação do novo código.

Rollemberg, que preside a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) do Senado, ressaltou que aguarda a publicação da redação final do projeto para decidir se defenderá vetos parciais ou veto integral.

Ele afirmou que o texto do Senado, aprovado em

dezembro, não era o que ele e Jorge Viana (PT-AC), um dos relatores, desejavam, mas surgiu do diálogo e, por isso, era "equilibrado, buscando conciliar a produção agrícola e energética com a preservação ambiental".

Rollemberg também frisou que "a tramitação no Senado foi acompanhada de negociações com os deputados, porém, esse esforço não foi correspondido pela Câmara".

Entre outras críticas, o senador lamentou que tenham sido retirados do texto: a proteção aos apicuns e salgados (faixas litorâneas próximas a regiões de mangue, nas quais é feita, por exemplo, a criação de camarão); a previsão de recuperação de rios e da ampliação da proteção de áreas úmidas; e a exigência de autorização federal para desmatar ambientes onde vivem espécies ameaçadas de extinção.

## Para Ana Amélia, texto representa marco regulatório ambiental

Ana Amélia (PP-RS) saudou a aprovação do projeto do novo Código Florestal pela Câmara. Ela afirmou que a proposta representa um marco regulatório na questão ambiental e garante segurança jurídica aos agricultores.

A senadora reconheceu o esforço de Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC), relatores do projeto no Senado, pelo "trabalho

exemplar de arquitetura política" na proposta aprovada pelos deputados. Para Ana Amélia, seria conveniente se a versão do Senado tivesse sido mantida na Câmara, mas salientou que "os deputados têm o direito de fazer alterações".

— Agente entende as razões, mas procura encontrar um entendimento que atenda às expectativas dos produtores rurais — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Walter Pinheiro alerta para continuidade da seca no Nordeste

A "assustadora" seca que atinge o Nordeste deve perdurar vários meses, considerou Walter Pinheiro (PT-BA). O senador comemorou a iniciativa do governo federal, que destinará R\$ 2,7 bilhões para a região nos próximos seis meses.

Segundo Pinheiro, 200 dos 266 municípios baianos estão em situação de emergência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Lídice da Mata apoia medidas de ajuda às vítimas da estiagem

Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou as ações de emergência contra a seca no Nordeste anunciadas pela presidente Dilma Rousseff. Para a senadora, o pacote atende as reivindicações dos parlamentares com medidas que minimizam os efeitos da falta de chuvas e preparam os agricultores para os próximos períodos de estiagem.



Márcia Kulture/Agência Senado

# Projeto abre Amazônia e Pantanal para a cana

Proposta de Flexa Ribeiro, que permite o plantio de cana-de-açúcar nos dois biomas, foi debatida ontem. Delcídio do Amaral advertiu para as barreiras que o produto poderá enfrentar no exterior

WALDEMIR MOKA (PMDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Ivo Cassol (PP-RO) querem a liberação do cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal. Os senadores devem solicitar ao governo o zoneamento agroecológico nesses biomas, para indicar áreas aptas à cultura. Já Delcídio do Amaral (PT-MS) recomenda cautela e aponta o risco de a medida resultar em barreira ambiental ao etanol brasileiro.

Os parlamentares participaram de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir o Projeto de Lei do Senado (PLS) 626/11, de Flexa Ribeiro, liberando áreas de Cerrado e de Campos Gerais na Amazônia Legal

para o cultivo de cana. Hoje, o Decreto 6.961/09 define o zoneamento agroecológico da cana e exclui o plantio na Amazônia, no Pantanal e na bacia do Alto Paraguai.

Ao apresentar o zoneamento, Cid Jorge Caldas, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informou que o estudo, de 2008, indicou a existência de 64 milhões de hectares aptos para a cultura no país, além de 8 milhões já cultivados à época.

Frente à disponibilidade de áreas fora da Amazônia e do Pantanal, Adalberto Eberhard, do Ministério do Meio Ambiente, considerou correta a restrição a esses biomas, contida no decreto. Ele sugeriu aos senadores a busca de mecanismos para valorização da biodiversidade

brasileira, como forma de estímulo à preservação da vegetação nativa.

Com posição semelhante, Delcídio avaliou que o fim da restrição poderá reduzir os espaços de comercialização do açúcar e do etanol brasileiros no mercado internacional, por meio de barreiras sanitária e ambiental.

Ao defender o projeto, Flexa Ribeiro disse que o texto prevê o plantio apenas em terras já utilizadas, no Cerrado e nos Campos Gerais da Amazônia Legal.

— Não precisamos derrubar nenhuma árvore.

Sérgio Souza advertiu que hoje o Brasil precisa importar etanol e Waldemir Moka disse que os agricultores do Pantanal praticam formas sustentáveis de plantio.



Caldas, senador Gurgacz e Eberhard: país tem 72 milhões de hectares aptos à cultura, fora da área pretendida pelo projeto

## Ivo Cassol defende plantio de cana na Amazônia

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu projeto (PLS 626/11), debatido ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que libera áreas de Cerrado e Campos Gerais na Amazônia Legal para o cultivo de cana. O plantio é proibido



Waldemir Barreto/Agência Senado

pelo Decreto 6.961/09, que exclui o cultivo da cana na Amazônia, no Pantanal e na bacia do Alto Paraguai.

Para o senador, não há diferença em plantar cana, soja, feijão ou arroz. A cana pode ser plantada em áreas degradadas.

Cassol justificou o plantio

com o valor pago ao produtor para um litro de etanol — cerca de R\$ 1,50 — e o pago pelo litro de leite — aproximadamente R\$ 0,40.

Segundo ele, cada estado deve encontrar a produção mais adequada. Ele defendeu a compensação aos agricultores que preservem o meio ambiente.

## Seca prejudicou 100 mil produtores rurais em Pernambuco

Em Pernambuco, a seca já prejudicou as safras de milho e feijão de 100 mil produtores, gerando uma perda de 300 mil toneladas de alimentos, disse Armando Monteiro (PTB-PE). Estão em estado de emergência 29 municípios pernambucanos. O senador saudou a agilidade do governo federal na liberação de recursos.



Márcia Kulture/Agência Senado

## Em Sergipe, 18 cidades estão em emergência, diz Eduardo Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) alertou que a atual seca é uma das piores das últimas décadas — 18 dos 75 municípios de Sergipe estão em situação de emergência e mais de 100 mil sergipanos já foram atingidos. Para ele, além de ações emergenciais, o semiárido precisa de "ações efetivas e perenes" que reduzam os efeitos da seca.



Márcia Kulture/Agência Senado





Senador Paulo Paim (C) preside a CDH, onde Hauschild (E), do INSS, reconheceu "excesso de pragmatismo" da medida

## Debatedores reagem a nova regra para auxílio-doença

Em audiência ontem, novo sistema de concessão de auxílio-doença e auxílio-acidente pelo INSS, baseado em estimativas sobre o tempo de recuperação do trabalhador, recebeu duras críticas dos participantes

O NOVO SISTEMA de concessão de auxílio-doença e auxílio-acidente, em estudo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), provocou polêmica ontem, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O próprio presidente do INSS, Mauro Hauschild, reconheceu "excesso de pragmatismo" ao tratar de um assunto complexo, como a saúde do trabalhador.

O INSS colocou na internet uma tabela de "tempo estimado para recuperação da capacidade funcional baseado em evidências" e abriu consulta pública à população. O documento de quase 500 páginas lista as doenças e o tempo previsto para recuperação.

Hauschild explicou que, com o atestado médico eletrônico, se o período de licença estiver dentro da estimativa, o benefício será automaticamente concedido. No entanto, se estiver acima desse parâmetro, o trabalhador será imediatamente convocado para a

perícia médica e, enquanto não houver uma decisão, o benefício será concedido apenas para o período estimado.

O presidente do órgão disse que a intenção foi agilizar a concessão do benefício. Segundo ele, o INSS dispõe de apenas 4 mil médicos para realizar 700 mil perícias por mês, e o prazo para atendimento, em algumas cidades do interior, pode chegar a 100 dias.

O novo sistema, conforme justificativa de Hauschild, atende decisões judiciais em ações civis públicas que obrigam o INSS a conceder o benefício enquanto não puder realizar perícia médica.

### Reação

Muitos debatedores reagiram à proposta. Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Batista defendeu o cancelamento da consulta pública.

— A proposta joga para um sistema informatizado o afastamento baseado em evidências. Que evidências são

essas? Ninguém leva a sério o trabalhador — disse.

O diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) Marcos Botelho informou que grande parte dos trabalhadores que procuram o Ministério do Trabalho e Emprego reclama da alta médica ou do fim do benefício previdenciário antes da completa recuperação.

O presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, Geilson de Oliveira, disse que o problema não reside nos critérios de concessão de benefícios, mas na devolução do trabalhador ao mercado de trabalho "em condições não seguras". O novo modelo, segundo ele, responde apenas à demanda crescente por atendimento.

— O sistema como está não agrada aos médicos, à sociedade, nem aos trabalhadores.

O médico do trabalho Rogério Dornelles acrescentou que a consulta pública do INSS "não respeita os mínimos parâmetros científicos".

### Humberto parabeniza PF por desarticular tráfico de botox



Humberto Costa (PT-PE) parabenizou a Polícia Federal e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pela desarticulação de uma quadrilha que traficava botox. Segundo o senador, Recife era a principal rota do produto clandestino que chegava ao Brasil.

Humberto destacou matéria do *Diário de Pernambuco* que informa o indiciamento de 29 médicos no estado, suspeitos de usar o produto ilegal. Os indiciados devem responder por crimes contra a saúde pública, contra a ordem tributária e por contrabando.

### Vanessa defende mobilização por direitos de domésticas



O Dia da Empregada Doméstica, que se comemora hoje, foi lembrado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora disse que é preciso estender-lhes os direitos sociais já garantidos aos demais profissionais.

Vanessa lembrou projeto de lei de sua autoria que reduz e equipara em 5% a alíquota de contribuição previdenciária de empregados e empregadores do setor (PLS 189/11).

— Isso deve ampliar a formalização do trabalho doméstico, suprimindo as perdas de recursos da Previdência com a redução da alíquota.

### Lúcia Vânia lembra 39 anos de criação da Embrapa



Os 39 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foram lembrados em Plenário, ontem, por Lúcia Vânia (PSDB-GO). Prestes a entrar no mercado internacional, a empresa tem como principais desafios, segundo a senadora, a expansão da demanda mundial por alimentos e a agroenergia.

— Quando olhamos a dimensão desses dois grandes desafios, vemos que cresce a importância do Brasil como produtor e fornecedor de alimentos, de agroenergia e de matérias-primas agrícolas.

### Paim comemora piso nacional para professores do RS

Paulo Paim (PT-RS) comemorou em pronunciamento ontem o acordo fechado recentemente entre o governo do Rio Grande do Sul e o Ministério Público, que garante aos professores públicos estaduais o piso salarial nacional da categoria, de R\$ 1.451 para 40 horas semanais.

— O pagamento será retroativo a abril e pago em folha suplementar em 15 de maio. O anúncio foi feito pelo secretário da Casa Civil, Carlos Pestana — disse.

Paim também destacou a aprovação, pela Câmara, de regime de urgência para a votação do PLS 296/03, que determina a extinção do chamado fator previdenciário.

### Senadores gaúchos apoiam Inter em disputa por jogador

Paulo Paim (PT-RS) leu carta do presidente do Sport Club Internacional, Giovanni Luigi, à bancada gaúcha sobre a disputa judicial entre o Inter e o São Paulo Futebol Clube pelo passe do jogador Oscar.

O presidente do Inter diz que a situação de Oscar causa "preocupação e perplexidade" pelo fato de o jogador não poder trabalhar onde deseja.

Para Paim, um jogador é um trabalhador e deve ser respeitado no desejo de atuar no local onde achar melhor. Pedro Simon (PMDB-RS) apelou à Justiça do Trabalho que libere o jogador para atuar no Rio Grande do Sul. Ana Amélia (PP-RS) lembrou que Oscar declarou que quer seguir no Inter.

## Legislação emperra cumprimento de sentenças, diz presidente do TST

Mais de 70% dos trabalhadores que têm causas julgadas não recebem seus direitos. Segundo o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, o congestionamento de processos parados na fase de execução da sentença decorre da legislação vigente, que é "anacrônica, precária e ineficiente para reger a execução trabalhista".

Dalazen participou de audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre projeto de Romero Jucá (PMDB-RR) que trata do cumprimento de sentenças e execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho (PLS 606/11).

Para o presidente do TST, quando o devedor não paga os direitos do trabalhador, o Estado deve apanhar seus bens em garantia. Dalazen explicou que desde que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi elaborada, há cerca de 70 anos, as relações de trabalho sofreram mudanças acentuadas. Os artigos sobre execução, explicou, remetem à Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/80) ou ao Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), que possuem dispositivos

impedidos de aplicação pela própria CLT. Para Antônio Rosella, da Força Sindical, o projeto de Jucá contribui para unificar a legislação. "O que é hoje aplicado de forma esparsa será consolidado", disse.

Já o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, atribuiu o congestionamento na fase de execução às "idas e vindas em cálculos, já que grande parte das sentenças trabalhistas não define o valor a ser pago". Em sua opinião, o PLS 606/11 "afeta a segurança jurídica, a ampla defesa e o processo legal".

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Henry Sant'Anna, disse que muitas varas trabalhistas não dispõem de estrutura adequada para implementar sentenças com o cálculo do crédito.

O representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Estêvão Mallet, destacou que "nem todo envolvido em processo de execução trabalhista é realmente devedor, e nem sempre o valor cobrado é o efetivamente devido".



Casildo Maldaner, Dalazen e a relatora do projeto na CAS, Ana Amélia